

O NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: alguns aspectos históricos e contemporâneos

Iolanda de Oliveira*

Para falar sobre O negro na educação brasileira no momento atual, compreender as conquistas, os fatores que as ameaçam e as lutas políticas que temos que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as conquistas alcançadas.

Por outro lado, a contemporaneidade não é construída por si mesma, mas ela resulta de uma construção sócio-histórica, ainda que a história não seja linear mas sim perpassada por avanços e retrocessos de uma forma cíclica.

Na apresentação do livro *Negritude e Universidade*, afirmo a necessidade de recorrer à história para compreender o presente. Esclareço mais uma vez que minha ênfase no sentido de analisar a atualidade como história fundamenta-se na metáfora de Bachelard, *A Casa* () e no texto de Veiga Neto, “É preciso ir aos porões”..... Recorro também aos historiadores que admitem a história do tempo presente, destacando Carlos Fico () o qual afirma que na história do tempo presente, “sujeito e objeto estão mergulhados em uma mesma temporalidade”.

A condição do negro no Sistema Nacional de educação só pode ser compreendida se conhecermos a maneira pela qual o mundo e particularmente a sociedade brasileira estabeleceram suas relações para com a população negra nos diferentes períodos da história da humanidade e no Brasil desde os tempos coloniais, passando pelo período imperial, pela primeira república e em momentos posteriores até o presente. Esta reconstrução histórica não pode ser unilateral, recuperando somente as formas de opressão para com os negros, mas também as diferentes formas de resistência desta população que se efetivam de modo paralelo à condição subalterna a que fomos submetidos.

O par opressão/resistência nem sempre ocorre de maneira equiparável na busca do equilíbrio. Há momentos de grande opressão em que a resistência negra não responde com a mesma intensidade e vice versa.

Recuperando a história mundial do negro menciono sinteticamente a origem da humanidade que se dá há 150mil anos na África Oriental quando uma mulher negra e suas filhas e netas migram para diferentes partes do mundo dando origem a toda a humanidade. Tais conhecimentos foram disponibilizados em 1987 a partir das pesquisas realizadas pela geneticista norte americana Rebecca Cann, tendo-se também os estudos sobre a melanina, que é um protetor solar natural, realizados pela antropóloga do mesmo país Nina Jablonski, que comprovam a necessidade de maior quantidade de melanina nas regiões equatoriais e a

* Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento USP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

Pesquisadora do Programa de Educação sobre o negro na Sociedade Brasileira (Penesb/UFF)

sua redução nas regiões polares.

Precedendo tais investigações, teóricos franceses tomam posições equivocadas sobre as diferenças fenotípicas, hierarquizando a humanidade. Realizando estudos sobre o pensamento francês sobre a diversidade humana, Todorov, na obra *Nós e os Outros*, afirma que o racismo tem dois domínios: “ trata-se de um lado de um comportamento, feito o mais das vezes de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas” diz o autor. O outro domínio decorre de uma “ideologia, de uma doutrina referente às raças humanas”. Todorov afirma que esses dois aspectos do racismo não ocorrem necessariamente de modo concomitante porque o racista comum é desprovido de argumentação que justifique o seu comportamento e o ideólogo não necessariamente concretiza o seu discurso. Entretanto, os especialistas em análise do discurso afirmam a sua materialidade.

O racismo sob a forma de comportamento observável acompanha a história da humanidade estendendo-se universalmente e a sua forma ideológica denominada por Todorov de racialismo é “um movimento de idéias” que surge na Europa ocidental e que ocupa um longo período de meados do século XVIII a meados do século XX.

O Brasil, no final do século XIX, com o início da primeira república, apropria-se do denominado racialismo, por meio das instituições de ensino superior , dos institutos históricos e geográficos e dos museus , que disseminam as idéias sobre a inferioridade racial, afirmando a inviabilidade da então nação por motivo da elevada presença negra na população e da presença indígena, ambas consideradas inferiores. A proposta de intelectuais da época como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo entre outros é a de promover a extinção de negros e indígenas por meio da imigração européia provocando a miscigenação.

Os danos provocados pela disseminação de tais idéias tiveram e mantêm até os dias atuais, graves danos sociais e individuais, com recuos significativos nas últimas décadas, mas ainda muito distantes da igualdade. Socialmente provocaram as desigualdades raciais, o racismo institucional e individual, colocando negros e indígenas em condições de inferioridade em todos os setores. Individualmente atingiram o psiquismo de sujeitos negros e não negros porque grande parte da população, inclusive a negra, admite como algo dado, algo natural a condição atual de inferioridade dos grupos mencionados, não tendo conhecimento dos fatores sociais que provocaram a condição atual dos dois grupos raciais

A dimensão histórica do negro em educação foi durante longo tempo negligenciada pelos historiadores da educação, sendo recentemente recuperada por um grupo que passa a apresentar a história da educação com recorte racial, atrelando o par opressão/resistência. Sobre este assunto teremos em breve a obra *História da Educação dos Negros no Brasil*,

organizada pelos professores doutores Marcus Vinicius Fonseca e Surya Pombo, que faz o percurso histórico da colônia aos dias atuais, eliminando esta lacuna da história da educação brasileira. Tal eliminação não se dá de maneira plena deixando, espaços para novas pesquisas sobre o tema, conforme acontece com toda produção acadêmica que não dá conta de todas as facetas do tema investigado, situação esta que ocorre mesmo com as investigações que pelo seu rigor científico trazem inerente às evidências apresentadas, um elevado grau de

confiabilidade, situação esta que inclui a obra mencionada.

Aguardando a publicação da referida obra ,pode-se afirmar que na condição de colônia nos seus primeiros séculos e mesmo posteriormente no período imperial e republicano, o Brasil

manteve a população negra à margem da educação ministrada no país e só excepcionalmente alguns grupos tiveram acesso à educação escolar como forma de resistência. A referida subalternidade mantém os negros até os dias atuais em uma condição subalterna a despeito dos avanços que se podem constatar nos últimos anos.

Historicamente a educação brasileira em seus diferentes momentos, privilegia sempre os filhos dos grupos social e economicamente mais favorecidos, isto é, os brancos .

No período colonial a educação é destinada aos grupos dominantes para formar os filhos dos que detêm o poder. Neste período, e mesmo na época imperial que se estende até 1889, ano que é precedido pela abolição formal dos escravizados, os negros, considerados não cidadãos, são proibidos de estudar.

Após a independência, a primeira constituição brasileira, datada de 1824, torna a educação primária “gratuita a todos os cidadãos” como direito inviolável. Entretanto, o negro escravizado, não tem acesso a este direito. O artigo 6 da referida constituição foi redigido da seguinte forma: Art. 6 São cidadãos brasileiros: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”. Entende-se que estes, isto é os filhos das escravas e os ex escravos, foram incluídos na categoria de cidadãos.

A despeito do mencionado direito que limita, mas não impede totalmente o acesso do negro á escola, em 1937, “ o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José de Souza, sancionou no mesmo ano, a Lei nº 1 que faz a determinação seguinte para a instrução primária: Art. 3º. São proibidas de freqüentar as escolas públicas: 1º “todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. 2º Os escravos e os pretos africanos ainda que sejam livres ou libertos. Portanto retira do negro, toda e qualquer possibilidade de freqüentar a escola pública nesta província.

Paralelamente a tais restrições, a população negra que por meio de diferentes formas de resistência e de uma atuação com vistas a inclusão desta parte da população na sociedade brasileira, desenvolve ações que abrem para os negros espaços educativos.

Entre os estudos realizados sobre a resistência negra em educação cito a pesquisa realizada por Marcus Vinicius da Fonseca da UFOP que constatou a existência da democracia racial em províncias de Minas Gerais, no século XIX ainda no período imperial.

As relações humanas, perpassadas pelas relações de poder, têm sempre presente o par dominação e resistência conforme afirmativa anterior. Igualmente a presença/ausência do negro no sistema educacional brasileiro, é uma história de dominação e resistência, na qual a exclusão dos negros, ainda que determinada oficialmente, não se dá de maneira absoluta.

No final do século XIX, com a república a presença negra e indígena são consideradas impedimento para a construção da nação, mesmo de parte de alguns abolicionistas e republicanos. Conforme mencionado anteriormente, Intelectuais brasileiros, presentes nas instituições culturais criadas pelo imperador neste século ou seja Museus, Institutos históricos e geográficos e principalmente instituições de ensino superior de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro e de direito em Recife e em São Paulo incorporam as teorias européias e afirmam a inferioridade dos negros e indígenas. Essas idéias aceitas pelos governos brasileiros, continuam a promover a imigração européia ainda que não documentem este propósito imigratório, o apartheid brasileiro.

É no período mencionado que a professora Maria Lúcia Rodrigues Muller na publicação *A cor da escola*, constata que a significativa presença de negros como professoras e alunos gradativamente desaparece, sem dúvida, afetados pelo ideal de branqueamento brasileiro, ideal este que perpassando a história continua presente no âmbito da sociedade como um todo e na escola com tímidas reduções a partir das políticas vigentes.

É conhecida a produção do artista do museu Nacional de Belas Artes, Modesto Brocos, datada de 1895, intitulada “A redenção de Cam” que inspirada em texto bíblico sugere que os filhos de Cam, amaldiçoados por Noé são negros e portanto a maldição somente cessa quando a população negra se torna branca.

Identifica-se nas artes a abrangência do postulado da “redenção étnica” empreendida pelo ideal de branqueamento. A pintura produzida por Modesto Brocos (1895) denominada “Redenção de Cam” que apresenta uma mulher negra idosa, uma jovem mestiça e seu cônjuge branco com uma criança branca no colo é exemplo desta ideologia.

O título da tela tem origem, enquanto metáfora bíblica, no Antigo Testamento – Gênesis 9, versículos 20-27, transcrito a seguir, que situa num evento único o destino das populações negras:

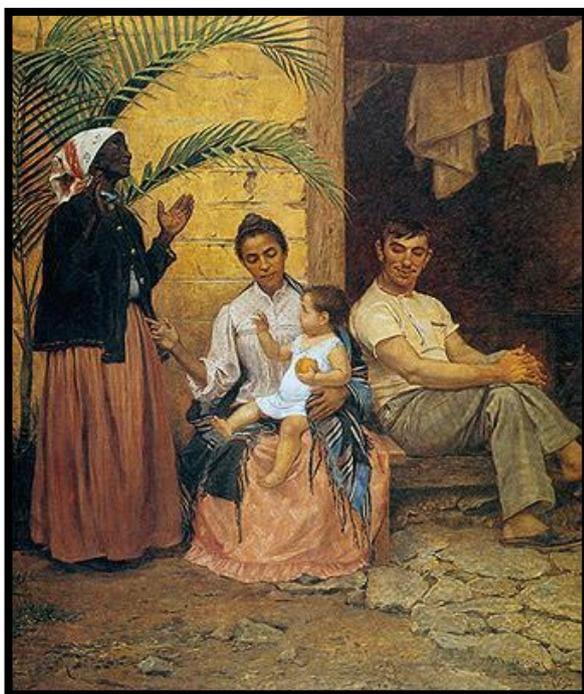
“Noé pronuncia benção e maldição:

20 Sendo Noé lavrador, passou a plantar uma vinha. 21 Bebendo do vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. 22 Cam, pai de Canaã, vendo a nudez do pai, fê-lo saber, fora a seus dois irmãos. 23 Então Sem e Jafé tomaram uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros de ambos e andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. 24 Despertando do vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço. 25 e disse: Maldito seja Canaã, seja servo dos servos a seus irmãos. 26 E ajuntou: Bendito seja o senhor, Deus de Sem; Canaã lhe seja

servo.27Engrandeça Deus a Jafé e habite ele nas tendas de Sem; e Canaã lhe seja servo”.

“Alguns membros da Igreja divulgaram a idéia de que os negros africanos eram descendentes de Cam, podendo assim serem escravizados, pois, “a narração da Escritura prossegue dando o elenco das gerações de Cam. Camitas seriam os povos escuros da Etiópia, Arábia do Sul, da Núbia, da Tripolitana, da Somália”.(Bosi, 1996: 257-258) ¹.

Partindo deste texto bíblico, a interpretação dada ao quadro produzido por Brocos, é a da defesa do “branqueamento como um processo de “redenção étnica” operacionalizado, principalmente, através da “seleção sexual” (ou a preferência em casar com alguém mais claro)” (Seyferth,2002:27)



*Brocos, Modesto
A redenção de Cam, 1895,
óleosobre tela,
c.i.d. 199x166 cm
Museu Nacional de Belas Artes
(Rio de Janeiro – RJ)*

Esta idéia reaparece na conhecida proposta feita em 1911 pelo então diretor do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro que em uma conferência internacional em Londres apresenta a proposta de desaparecimento da população negra após três gerações, em 100 anos.

Se o propósito do país é fazer desaparecer a população considerada degenerada, negra e indígena, para que educar estes grupos?

A partir dos anos 20 a raça não mais é considerada como único fator determinante do sucesso ou do fracasso da nação, mas influenciada pelas idéias de Hitler, o ideal de branqueamento se consolida, as campanhas de eugenia acontecem como formas de impedir a proliferação das

raças consideradas degeneradas. É neste período que se tem introduzidas no Brasil a Escola Nova, através de Anísio Teixeira, com a adesão de brasileiros Lourenço filho, Fernando de Azevedo entre outros. Neste momento, o conteúdo sobre eugenia é incluído como obrigatório nas escolas, o que significa a disseminação na escola das formas de desaparecimento das populações negra e indígena. Destaca-se na década de 1930 a Frente Negra Brasileira em São Paulo que manteve uma escola e teve forte atuação política com vistas a incorporação do negro na sociedade.

Na segunda metade do século XX, têm-se a democratização do acesso à escola com a ampliação quantitativa da rede pública de educação básica, paralelamente a ampliação da rede particular do ensino superior. Passa-se inicialmente a discutir o déficit escolar remanescente e o fracasso escolar que até os dias atuais permanece com graves conseqüências para a população negra em se tratando da permanência.

Na última década do século passado, há o reconhecimento tardio de parte do governo brasileiro, das desigualdades raciais, sendo criado o GT Interministerial para a promoção do negro ao mesmo tempo que apóia a participação brasileira na Conferência de Durban com assinatura da Declaração final em 2001. É também nos primeiros anos desta década que são iniciadas as políticas de ações afirmativas para a população negra: -- alterações curriculares na educação básica, e por extensão no ensino superior por meio da Lei 10.639/03 e legislação complementar e a determinação de cotas no ensino superior para os grupos em situação de inferioridade, incluindo os negros.

A despeito das propostas de intelectuais e das medidas concretas tomadas para o desaparecimento das populações negra e indígena durante a primeira república no período de 1889 a 1930, constata-se através do último censo realizado em 2010 que a presença de pretos e pardos que compõe a categoria negro, ultrapassa ligeiramente a metade da população brasileira com 50,7% da mesma.

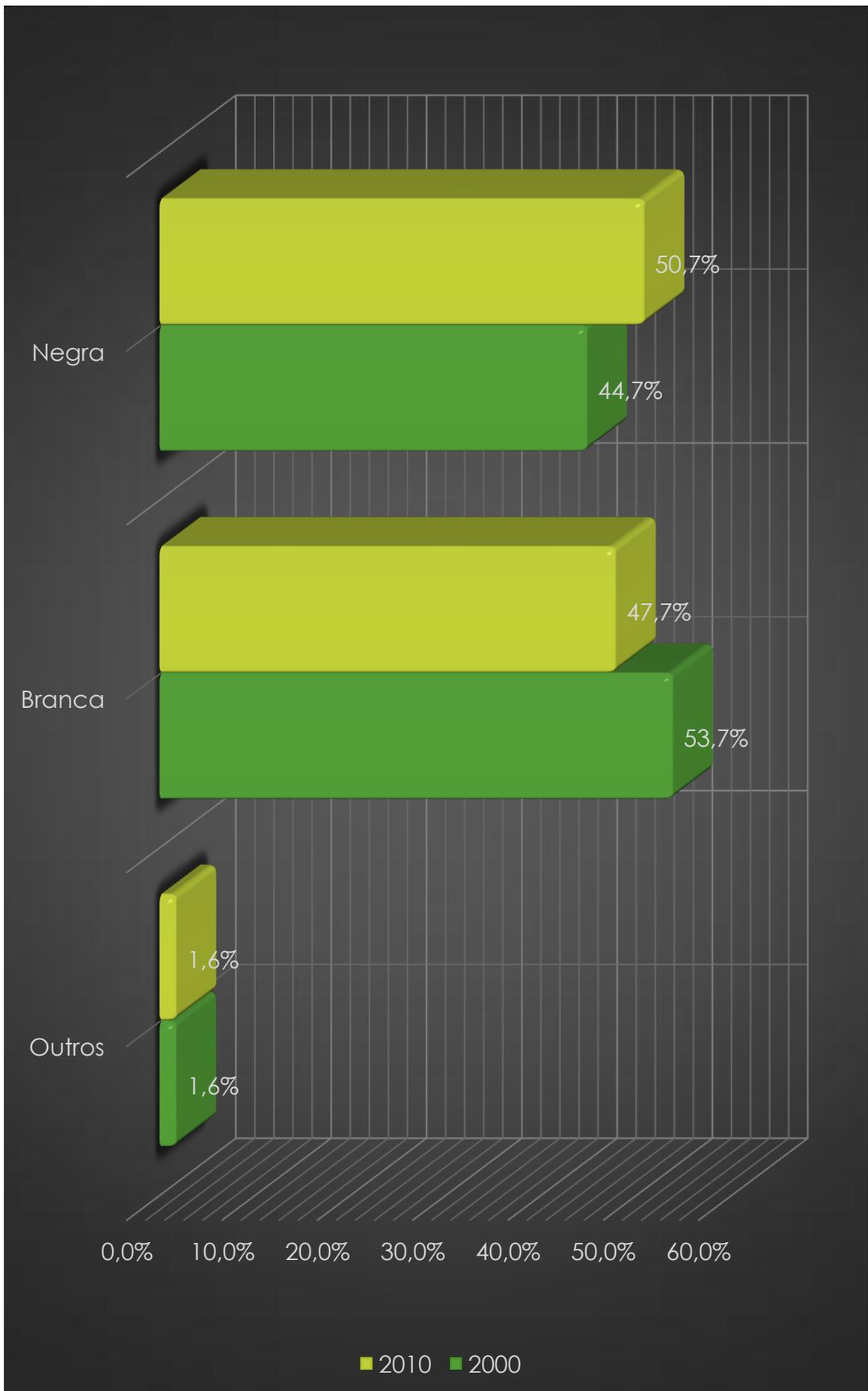
Confrontando este percentual com o resultado do censo de 2000, evidencia-se um crescimento da população negra de 6,04 em dez anos. Sugere-se que este fenômeno ocorre, não necessariamente pelo aumento da população com características fenotípicas africanas, mas em decorrência da tomada de consciência racial de parte da população, que migra da auto declaração de marca para a auto declaração de origem.

Alguns fatores presentes na sociedade brasileira, contribuem para fortalecer esse pressuposto: a atuação do movimento negro em busca de políticas reparadoras das desigualdades raciais e as suas conseqüentes conquistas que se prolongaram e acentuaram na primeira década deste século, hoje ameaçadas. Tais conquistas colocaram a questão negra na pauta das discussões nacionais de forma a exigir a participação de toda a população.

Brasil – população residente por cor/raça 2000/2010

COR	2000(Nº)	2000(%)	2010(Nº)	2010(%)
Branca	91.298.042	53,7	91.051.646	47,7
Negra	75.872.428	44,7	96.795.294	50,7
Outros	2.702.385	1,6	2.908.859	1,6
Total	169.872.855	-	190.755.799	-

Fonte:PNADs de 2001 e 2012 / IBGE / IPEA



Fonte: PNADs de 2001 e 2012 / IBGE / IPEA

A determinação de cotas no ensino superior se deu inicialmente por iniciativa de governos estaduais nas instituições de ensino superior e por algumas instituições federais que acionadas pelo movimento negro, são convocadas a realizar um trabalho na contramão do que fizeram no passado como reparação da disseminação da falsa idéia de inferioridade racial de negros e indígenas.

Posteriormente, em 2012 é aprovada a Lei 12.711 que determina a política de cotas nas instituições federais, para grupos socialmente rechaçados, condicionadas à frequência integral ao ensino médio em instituições públicas de parte dos pretendentes, o que é um grave equívoco que além de representar um retrocesso em face ao pronunciamento anterior do Supremo Tribunal Federal que no mesmo ano aprovou a constitucionalidade das cotas raciais, independente da instituição freqüentada no ensino médio, afirma a centralidade da classe social em detrimento da autonomia do fator racial.

A despeito de parte de tais políticas terem completado mais de 10 anos e serem evidenciados avanços na democratização da educação dos negros, percebe-se ainda as desigualdades raciais neste setor, com acentuadas desvantagens para os negros, situação esta que exige a realização de novas pesquisas e com fundamento nas investigações, a proposta e realização de novas políticas para reparar a situação constatada.

A reformulação curricular exige, como condição necessária, ainda que não suficiente, uma formação inicial e continuada compatível com as determinações legais. A revisão da política de cotas no ensino superior deverá levar em conta as demandas diferenciadas para os cursos de graduação no ato da inscrição e o percentual de negros aprovados e não classificados como candidatos ao ensino superior. Este percentual deverá ser calculado para cada curso, a fim de determinar para cada um, percentuais de cotas diferenciadas em conformidade com as possibilidades de preenchimento das vagas reservadas.

As conquistas apontadas, alternando avanços e recuos, estão sempre ameaçadas pelo poder constituído, exigindo de parte da população, constante vigilância, a qual não raro é atropelada pela falta de compromisso dos governantes com o bem estar coletivo.

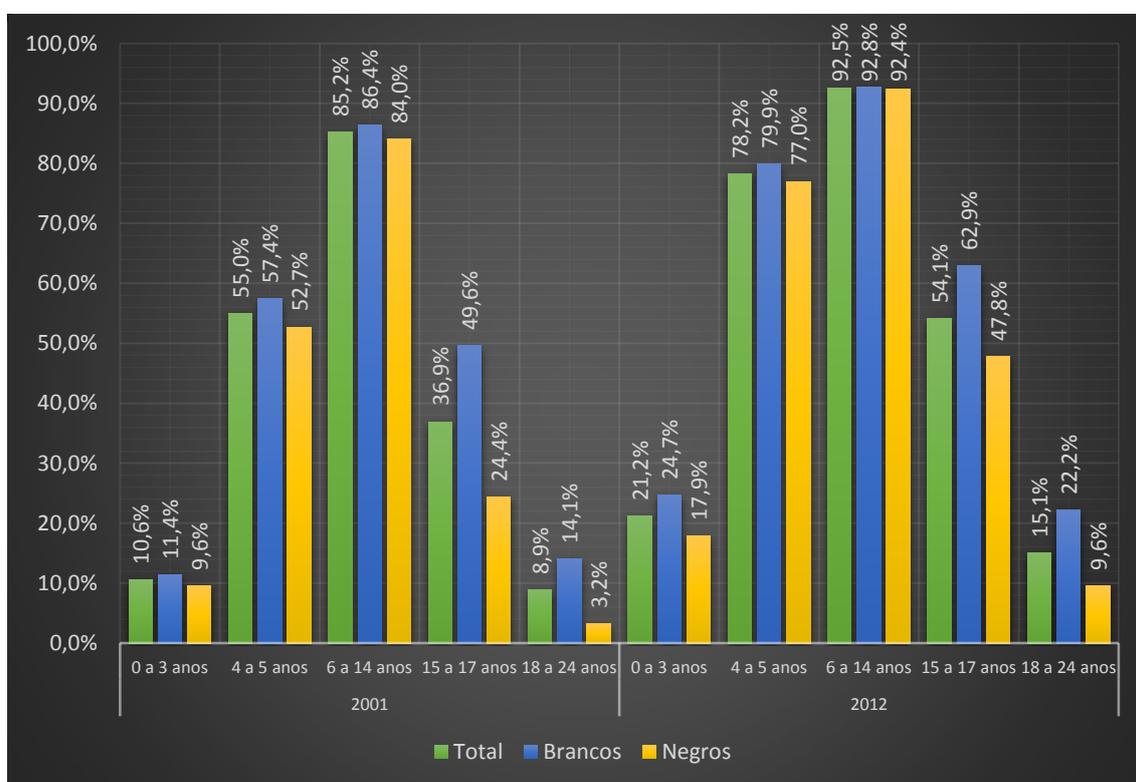
Em 2015, o desaparecimento da SEPPIR, com status de ministério e a junção das questões tratadas pela secretaria extinta com às questões tratadas pelo Ministério das mulheres, da juventude e dos direitos humanos, representou um ameaça ao tratamento político das particularidades da população negra que passa a disputar suas questões com as não menos importantes relativas às mulheres, aos jovens e aos direitos humanos. No momento, a eliminação do Ministério das mulheres, da igualdade racial, da juventude e dos direitos humanos, relega as questões pertinentes a tais grupos, comprometendo as políticas particularmente orientadas para a promoção dos mesmos. A SECADI incorporada ao MEC, até o momento, mantém-se silenciada em relação a continuidade das políticas anteriores, predominantemente sobre a formação continuada de professores.

As desigualdades raciais na educação brasileira continuam evidenciadas em diferentes pesquisas. Apesar de ser maioria na população, a condição da população negra é sempre inferior à média da população brasileira em todos os setores sociais.

Da educação infantil, até o ensino superior dá-se uma expulsão cumulativa dos negros brasileiros da educação escolar; ainda que o problema do ingresso tenha sido resolvido, a permanência com sucesso ainda é algo não atingido pela educação dos negros em sua grande maioria apesar dos avanços evidenciados nos últimos anos, hoje seriamente ameaçados.

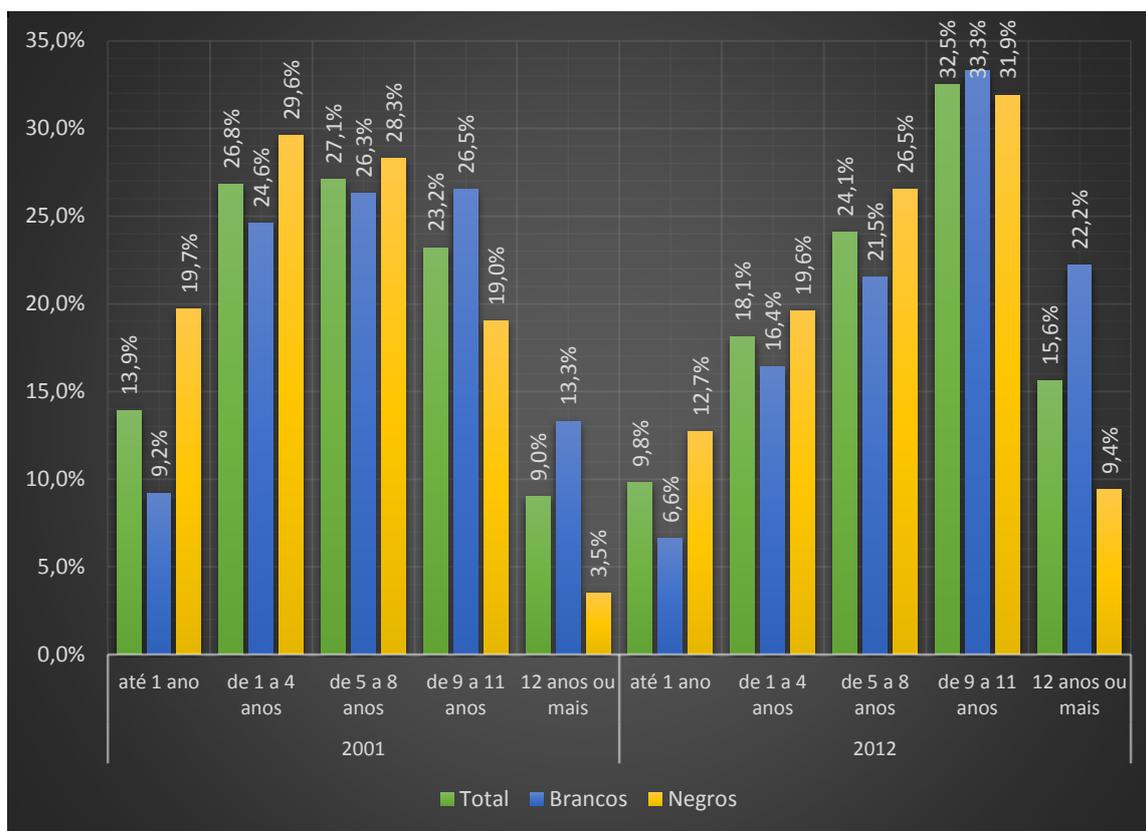
O sistema Nacional de Educação, organizado em Educação Infantil de 0 a 3 anos e 4 e 5 anos, ensino fundamental de 6 a 14 anos, ensino médio de 15 a 17 anos e ensino superior de 18 a 24 anos, em detrimento do seu papel de promover o homem, elimina gradativamente alguns grupos comprometendo os princípios formais de igualdade e justiça social, conforme comprovam os gráficos que se seguem.

Gráfico 2 – Brasil – frequência à educação em idade regular por cor/raça em percentuais



Fonte: PNADs de 2001 e 2012 / IBGE / IPEA

Gráfico 3 – Brasil – população com 15 anos ou mais de idade por cor/raça e faixa de anos de estudo concluído



Fonte: PNADs de 2001 e 2012 / IBGE / IPEA

Percebe-se a necessidade de realizar a avaliação das políticas determinadas para a promoção dos negros, com o propósito de otimizá-las. É preciso que tanto a determinação quanto a avaliação de políticas públicas sejam fundamentadas em pesquisas ancoradas na universidade.

A situação do negro na educação básica exige que se promova a formação continuada de todos os profissionais em exercício e que se inclua de fato os conhecimentos sobre o negro em todos os cursos de graduação conforme determinação do artigo 1º da Resolução nº 1/2004 do CNE.

As políticas de cotas deverão também ser alteradas no sentido de considerar a autonomia da raça em relação à classe e também no sentido de rever os percentuais que deverão ser diferenciados por curso.

A pesquisa: O impacto da seleção para os cursos de graduação da UFF nos candidatos negros